



nodal
NOTÍCIAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

**PEDRO
BRIEGER**
DIRECTOR



Nodal pergunta

Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL: “A América Latina e o Caribe enfrentam a pandemia desde uma posição mais fraca do que a do resto do mundo”

16 de abril de 2020



Entrevista com Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL

Por Denise Godoy, da equipe editorial da NODAL

A crise global desencadeada pelo COVID-19 agravou a situação na América Latina e no Caribe, que enfrenta maiores dificuldades no combate ao avanço da pandemia. A pobreza estrutural, o endividamento e a paralisação da produção exacerbam a crise econômica e social que muitos países da região estão enfrentando. Nesse contexto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) prevê uma queda no

PIB de pelo menos -5,2% em 2020, segundo suas projeções mais recentes. Em entrevista à NODAL, Alicia Bárcena, secretária executiva da CEPAL, analisa os desafios que a região terá de enfrentar e expõe a importância das organizações de integração na definição de estratégias conjuntas para mitigar o impacto da pandemia.

- Como você vê o panorama na América Latina e no Caribe diante da pandemia do COVID-19? Que iniciativas a CEPAL propõe para mitigar seus efeitos nos países mais endividados da região?

- O mundo está enfrentando uma crise humanitária e de saúde sem precedentes no último século, em um contexto econômico já adverso. Ao contrário de 2008, não se trata de uma crise financeira, mas de pessoas, produção e bem-estar. Uma situação de economia de guerra é importante demais para ser deixada nas mãos do mercado. Os Estados estão assumindo um papel central na supressão do vírus e dos riscos que afetarão a economia e a coesão social.

A América Latina e o Caribe enfrentam a pandemia de uma posição mais fraca do que a do resto do mundo. Antes da chegada do COVID-19, a CEPAL previa que a região cresceria no máximo 1,3% em 2020. No entanto, os efeitos da crise levaram a mudar essa previsão e a prever uma queda de pelo menos - 5,2%, de acordo com nossas últimas projeções. O impacto econômico final dependerá das medidas tomadas nos níveis nacional, regional e global.

A crise do COVID-19 terá efeitos econômicos diretos nos sistemas de saúde e nas taxas de mortalidade e efeitos indiretos, que se materializarão no lado da oferta e demanda da economia.

Entre os efeitos diretos está o impacto nos sistemas de saúde da região, cuja infraestrutura é insuficiente para enfrentar os problemas gerados pela pandemia. A maioria dos países da região é caracterizada por sistemas de saúde frágeis e fragmentados, que não garantem o acesso universal necessário para enfrentar a crise de saúde do COVID-19. Por esse motivo, o fortalecimento dos sistemas de saúde exige mais e melhores gastos públicos: os países da região gastam uma média de 2,2% do PIB em saúde; portanto, é necessário encontrar espaço fiscal para fortalecê-los.

Os efeitos indiretos da crise desencadeada pela pandemia estão sendo sentidos na região por meio de seis canais de transmissão externos: 1) A diminuição da atividade econômica de seus principais parceiros comerciais e seus efeitos; 2) A queda nos preços dos produtos primários; 3) A interrupção das cadeias globais de valor; 4) A menor demanda por serviços turísticos; 5) Redução de remessas e 6) Intensificação da aversão ao risco e agravamento das condições financeiras globais.

Da mesma forma, o valor das exportações da região deverá cair pelo menos 10,7% em 2020, devido aos preços mais baixos e à contração da demanda global agregada. Além disso, como a disseminação do vírus acelerou o uso da Internet e das tecnologias digitais, esse aumento pode exacerbar as desigualdades derivadas de diferentes acessos as mesmas entre países e entre grupos de renda.

Nesse momento, a cooperação internacional desempenha um papel fundamental. A saída da crise dependerá da força econômica de cada país, portanto, dadas as assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o papel da ONU, do FMI e do Banco

Mundial será essencial para garantir o acesso ao financiamento e sustentar gastos sociais e atividades econômicas com medidas inovadoras.

Para enfrentar a emergência sanitária, é imperativo aplicar imediatamente e de maneira eficiente as medidas de contenção sugeridas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fortalecer os sistemas de saúde e garantir o acesso universal a exames, medicamentos e curas. Para enfrentar a emergência social se requer medidas de proteção de renda para os grupos mais vulneráveis, medidas de proteção ao emprego, como benefícios de desemprego e renda básica de emergência, e medidas para apoiar as pequenas e médias empresas (PME) e trabalhadores autônomos.

Enquanto isso, para lidar com a emergência econômica são necessárias ações de política fiscal, política monetária e ações de cooperação internacional, explica o estudo. Em questões fiscais, os orçamentos devem ser reorganizados para implementar pacotes de estímulo fiscal para fortalecer os sistemas de saúde, proteger a renda e minimizar a contração da economia. Na área monetária, devem ser feitos esforços para estabilizar as taxas de câmbio e preservar a liquidez e o funcionamento do mercado bancário. E para incentivar a cooperação internacional, é necessário reconsiderar as políticas concessionais de empréstimos e classificação de organizações internacionais. Também facilitar empréstimos a juros baixos e adiar o pagamento da dívida para países em desenvolvimento, incluindo os de renda média.

Para apoiar o acompanhamento e o monitoramento do progresso dos países para enfrentar a pandemia a médio e longo prazo, a CEPAL lançou o Observatório COVID-19, um esforço coordenado pela Comissão com o apoio dos coordenadores residentes das Nações Unidas, que apresentará informações atualizadas sobre os anúncios de políticas de cada país e outros materiais de interesse. O Observatório contém informações de ações internas entre os países, sobre saúde, trabalho, economia e escolaridade.

- Durante o isolamento social, foi detectado o aumento de denúncias de violência de gênero na região. Que medidas os governos devem implementar para garantir a segurança das mulheres no contexto da pandemia e o que a CEPAL pode fazer?

- De fato, a situação de quarentena ou confinamento apresenta sérias ameaças à segurança de muitas mulheres e meninas que sofrem violência em suas casas, pois aumenta o tempo que as mulheres ficam sozinhas com seus agressores e reduz as possibilidades de procurar ajuda. Nos países da região que medem, pelo menos uma em cada quatro mulheres experimentou um episódio de violência física ou sexual infligida pelo parceiro. Na maioria dos países da América Latina, os autores de feminicídio são parceiros ou ex-parceiros das vítimas. No Equador, Uruguai e Peru, por exemplo, esse tipo de feminicídio ultrapassa 85% do total de mortes de mulheres no país. Barreiras ao acesso à serviços essenciais, como serviços de saúde, serviços sociais e de justiça, como abrigos e serviços de apoio psicossocial, são maiores.

Não podemos permitir que a violência de gênero prevaleça. Não podemos retroceder no caminho avançado. Dissemos "não à violência contra as mulheres", dissemos "nenhuma a menos", e hoje mais do que nunca devemos reafirmar essa convicção. Os governos devem garantir o bem-estar de mulheres e meninas, ainda mais em situações de

quarentena ou confinamento. Por esse motivo, valorizamos e destacamos medidas como a aplicada pelo governo argentino, que autoriza mulheres e qualquer membro da comunidade LGTTBI a romper o isolamento social, preventivo e obrigatório, para ir sozinha ou com seus filhos e filhas e denunciar atos de violência. sexo.

Na CEPAL, estamos preocupados, tanto que, em 8 de abril, participamos da reunião de informações entre os Ministros e as autoridades de alto nível dos Mecanismos de Promoção de igualdade da Mulher na América Latina e no Caribe: a resposta à crise da pandemia de COVID -19 de uma perspectiva de gênero, realizada virtualmente sob a organização da CEPAL e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres), na qual estavam presentes representantes de 29 países da região: 14 da América Latina e 15 do Caribe.

Acreditamos que é necessário projetar e implementar políticas públicas abrangentes, na perspectiva de gênero e direitos, para responder à pandemia a curto, médio e longo prazo.

- Qual o papel das organizações de integração regional na atual emergência pandêmica? Com o que o Grupo Puebla pode contribuir?

- Na CEPAL, consideramos que a integração regional é crucial para enfrentar a crise. Os países da região possuem capacidades de produção pouco sofisticadas e fragmentadas em nível regional, razão pela qual é necessário ampliar as capacidades nacionais e regionais, principalmente na produção e suprimento de necessidades básicas. Para isso, é imperativo impulsionar o comércio intrarregional.

Nesse contexto crítico, e porque estamos convencidos de que é um momento de solidariedade, não exclusão, pedimos a suspensão das sanções impostas a Cuba e à Venezuela para permitir o acesso a alimentos, suprimentos médicos, testes de COVID-19 e assistência médica.

Agora, em uma perspectiva de longo prazo, acreditamos que a região deve repensar suas estratégias de desenvolvimento para evitar a gravidade de futuros choques. Nesse sentido, a CEPAL propõe a criação de um fundo regional dedicado às necessidades específicas dos países de renda média para apoiar a recuperação social, econômica e produtiva. Também enfatizamos a importância de ter um apoio flexível de organizações financeiras multilaterais. Os países em desenvolvimento devem negociar coletivamente empréstimos em condições favoráveis, pagamentos de suas dívidas e revisar as políticas de classificação para países de renda média.

Em relação ao Grupo Puebla, acho que pode dar uma enorme contribuição à discussão regional e global. É formado por homens e mulheres que incluem personalidades que chefiaram países, ministérios, prefeituras, além de acadêmicos e líderes sociais de destaque. Congrega uma enorme experiência, de muitos que estudaram profundamente os desafios de nossa América Latina, juntamente com aqueles que tiveram que implementar políticas públicas e liderar Estados, e todos com grande sensibilidade social e uma rebeldia comum contra a desigualdade.